

A Articulação das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso com o Processo Produtivo

**Divino Batista Alves Rosa
Marilda de Oliveira Costa**

Resumo

Este trabalho aborda a articulação histórica que existe no Brasil entre as políticas educacionais e os processos de mudanças na produção e acumulação capitalista no país. O objetivo do trabalho é discutir a articulação das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso com o regime de acumulação flexível. A discussão sobre acumulação flexível ampara-se em Harvey (2012), a metodologia do trabalho se pauta na análise do documento das Orientações Curriculares. De tal modo que apresento as justificativas das Orientações Curriculares em que se propõe superar a lógica fordista/taylorista, uma vez que é considerada responsável por práticas conservadoras na disposição curricular e pedagógica, não atendendo assim o contexto produtivo atual, dinâmico e flexível, no qual acontece o processo educacional.

Palavras-chave: Orientações Curriculares. Regime de acumulação flexível. Políticas Educacionais.

Introdução

O processo de sistematização e estruturação da educação no Brasil foi calcado na articulação com as iniciativas de modernização da produção, de modo que as características do desenvolvimento econômico se impregnaram na configuração das políticas públicas, repercutindo assim, segundo Azevedo (2011) a disposição estrutural do Estado brasileiro que fora condicionado por ações conservadoras de grupos hegemônicos no processo de independência do país, os quais defendiam somente

[...] libertar as atividades produtivas do domínio metropolitano sem alterar a estrutura econômica, apoiada no grande latifúndio e no regime de trabalho escravo. Inexistiu em tal processo a luta entre forças econômicas e sociais opostas, que caracterizou a implantação da ordem burguesa em outras sociedades. Libertadas do domínio português, as estruturas coloniais foram preservadas pela monarquia brasileira, implicando o fortalecimento dos mecanismos de dominação próprios do poder. (AZEVEDO, 2011, p. 17).

Disputas pela configuração de um modelo de sociedade hegemônico condicionam as disputas políticas pelo poder do Estado, pois o poder, como salienta Carnoy (1990) se expressa, ao menos em parte, por meio do sistema político e qualquer tentativa de análise sobre mudanças sociais requer atenção especial ao funcionamento do Estado. O que implica

ressaltar que a configuração política e econômica do Brasil resulta de uma configuração histórico-social estruturada na herança colonial, a qual se fundamentou em

[...] uma sociedade composta dos de cima e dos de baixo, dos senhores e dos escravos, dos livres e dos não-livres, dos brancos e dos não-brancos, dos obrigados a pagar impostos e dos isentos de impostos. Os latifundiários e os proprietários de minas muniam-se de forças repressivas próprias, de prisões e de troncos para surrar escravos, e também de capelões, representando para os dóceis o meio de sobrevivência, a proteção e, enfim, a estabilidade social. (VIEIRA, 2009, p.65-66)

Em face disso, abordar as políticas públicas sociais seja elas de habitação, saúde, assistência social, previdência social e educação, demanda considerá-las no contexto histórico de sua formação, no contexto das disputas econômicas e políticas procedentes de sua estruturação social, isso porquê as políticas sociais representam segundo Bianchetti (1996), estratégias a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social.

A propósito, o contexto colonial brasileiro não foge da realidade vivenciada pelos países latino americanos, no que tange as características estruturantes das relações sociais desenvolvidas em seu tecido social, uma vez que as mudanças sociais que ocorreram na região não representaram rupturas estruturais em sua formação social, de tal maneira que índios e negros continuaram à margem do processo de desenvolvimento econômico e social, haja vista que historicamente,

[...] as mudanças latino-americanas limitaram-se a pequeninas acomodações, ainda quando se propunham inicialmente mudanças em profundidade, para buscar qualquer coisa, ordinariamente como “política de livre-comércio”, de “abertura dos portos”, de “abertura dos mercados” etc., invariavelmente no *interior da situação vigente*. (VIEIRA, 2009, p.70.) Grifos do autor

Circunstância que fora decisiva segundo Vieira (2009), para que segmentos sociais hegemônicos beneficiados, sobretudo no século XVII, defendessem o modelo de desenvolvimento baseado na dependência do grande império inglês. Assim,

[...] aristocratas e os comerciantes espanhóis e portugueses entenderam que o seu habitual modo de vida só lhes seria garantido caso continuassem admitindo a submissão econômica e política aos estrangeiros. Por outro lado, muitos nativos americanos, descendentes de espanhóis e de portugueses, também tinham compreendido que a dominação da Espanha e de Portugal beneficiava-os com a continuidade da espoliação colonial, possibilitando-lhes ter parte na fruição da força de trabalho, da riqueza, da renda, de sistemas tributários extorsivos; na fruição do restrito acesso a cargos da burocracia política, militar e eclesiástica; na fruição de postos acima de qualquer suspeita; em resumo, na fruição do poder. (VIEIRA, 2009, p.70.)

Dessa forma, discutir a configuração de políticas sociais, especificamente, a política educacional desenvolvida no Brasil, significa tê-las no contexto histórico de formação da sociedade brasileira. Consequentemente alude não conceber as mudanças representadas nas políticas sociais como um desdobramento histórico determinista, desprovido de possibilidades de rupturas com o modelo social hegemônico, como se fossem sequências históricas universal de progressão da formação social dominante, em que o intuito destas mudanças seria somente a reprodução dos grupos privilegiados de sua estrutura social.

Desse modo, articular a configuração de políticas sociais, educacionais, ao seu contexto social, histórico, provoca conceber a história como reconhece Thompson, isto é,

[...] que a história não se compõe de pedaços estruturais discretos e descontínuos, com superestruturas separadas e distintas correspondentes a cada base; ao contrário, ela se move em *processos* nos quais as relações de produção exercem suas pressões pela transformação de realidades herdadas. (WOOD, 2011, p.69).

Por conseguinte, as políticas sociais se constituem neste contexto histórico, se move em processos nos quais as relações de produção estabelecem pressão para a transformação de realidades históricas herdadas. Dessa forma, relacionar as Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso com o contexto produtivo, significa conceber que

O processo e as relações de produção que constituem um modo de produção são expressos por uma lógica “moral” e por uma lógica “econômica”, por valores e modos de pensar característicos, assim como por padrões característicos de acumulação e de troca [...]. (WOOD, 2011, p.61).

Contextualizar as Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso na fase atual da formação social capitalista implica ancora-la na lógica do capital. Capital que é segundo Harvey (2012) um processo, e não uma coisa é um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias na qual todas as pessoas estão profundamente implicadas, onde suas regras internas de produção são concebidas com o intuito de garantir o modo dinâmico da organização social, transformando assim de modo incansável e incessante a sociedade em que está inserido. Nesse contexto, questiona-se: em que medida as OCs – Orientações Curriculares – reproduz a lógica do processo produtivo na configuração educacional do Estado de Mato Grosso.

A presença do capital financeiro em Mato Grosso

A integração do Estado de Mato Grosso ao contexto das relações sociais de produção do regime de acumulação flexível, mundialização do capital, ganha força na década de 1960 e

1970 do século XX, por causa das alterações nas relações sociais de produção e de poder no campo e na cidade em busca da modernização, integração aos princípios do capital. Essas alterações em busca da modernização se articularam as mudanças que ocorria no contexto nacional, e que fora iniciada após a década de 1930, decorrente a transição do regime de acumulação agroexportador dependente para o urbano-industrial dependente.

Essa transição teve forte atuação do Estado segundo Oliveira (1972), na garantia das regras do jogo, para promover a estabilidade à acumulação e reprodução do capital, sobretudo na relação de forças sociais e regulamentação do trabalho e seu preço, através da criação das leis trabalhistas, além de ação direta na esfera econômica, por meio de operação na fixação de preços, distribuição de ganhos e subsídios.

As ações que iniciaram no Estado de Mato Grosso a partir das décadas, 1960 e 1970 do século XX, com o objetivo de garantir sua modernização e inserção na econômica nacional e mundial foram;

A implantação dos eixos rodoviários, o aumento da urbanização, expansão da agropecuária, mecanização agrícola, desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, avanço no setor de serviços e de informática, desenvolvimento de telecomunicações. (HIGA, 2005, p.10)

A criação dessas condições para a modernização do Estado de Mato Grosso e sua inserção na economia nacional resultou segundo (HIGA, 2005, p.89) da “concessão de créditos rurais, incentivos fiscais, subsídios na compra de insumos e equipamentos e garantias à propriedade fundiária”. Circunstância que atraiu empresas e investidores do centro-sul do país e multinacionais para Mato Grosso, sobretudo no eixo da BR 163, uma vez que foi resultado da ocupação recente da territorialização do capital, tanto nacional quanto internacional.

O capital nacional está representado geralmente por investidores do centro-sul do país, com destaque para Sadia e Perdigão, atualmente BRF Brasil Foods, além do surgimento de conglomerados locais que se tornaram nacionais como Grupo Amaggi, e Ideal Porc Suinocultura do grupo Vanguarda. O capital internacional, representado pelo investimento de transnacionais, sobretudo as vinculada ao agronegócio com destaque para o segmento químico Bayer e Basf e de grãos ADM, Cargill e Bunge entre outras.

A integração do capital mundializado em Mato Grosso, com seu viés financeiro, levou a rearticulação do trabalho e produção para garantir a acumulação do capital, essa rearticulação do capital se consolidou segundo Bernardes (2010) na cadeia produtiva carne/grão, resultado da

[...] “crise” que se abateu sobre os produtores e empresas agrícolas ao serem afetados pelas mudanças nos preços do mercado internacional devido à queda no preço das *commodities*, como também em função do aumento dos preços dos insumos como sementes, fertilizantes e herbicidas e da elevação dos valores das máquinas agrícolas. (BERNARDES, 2010, p.03)

Característica que salienta a articulação das relações de produção desenvolvida no Estado com o capital financeiro, de modo que a crise que afligiu os produtores do Estado resultou do fluxo de capital externo, financeiro mundializado, integrado ao capital local.

A lógica produtiva contemporânea

Nas sociedades contemporâneas, sobretudo nas ocidentais, capitalistas, o princípio organizador de toda vida econômica se caracteriza pela procura da ampliação do lucro, muito embora tenha havido transformações no regime de acumulação da economia política do capitalismo, mormente a partir dos anos finais do século XX, período este iniciado na década de 1970 com a crise do regime de acumulação e regulamentação fordista.

O capitalismo se fundamenta no controle do trabalho tanto na produção quanto no mercado, controle esse que é representado tanto na questão da punição e recompensa salarial, quanto na eliminação de funções e vagas, decorrente ao desenvolvimento constante de novas tecnologias utilizadas nos sistema de produção, quanto na (re)produção constante de grandes contingentes de desempregados.

O fordismo, segundo Harvey (2012), caracterizou-se pela rigidez na busca da estabilização produtiva e social com o intuito de promover o crescimento de investimentos sustentado, o aumento da produtividade, a elevação do padrão de vida e por consequência a base estável para a realização do lucro. Essa busca de estabilização produtiva e de investimento resultou em padronizações e massificação da produção e do consumo, assim como na fragmentação produtiva pela especialização de execução de atividades únicas pelo trabalhador.

Os sindicatos nesse contexto foram conferidos com poderes para negociações coletivas, discussões de benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras peculiaridades das políticas sociais formuladas pelo Estado. Estas concessões aos trabalhadores foram resultados de disputas entre as corporações, instituições produtivas típicas do período e os trabalhadores, não sendo desse modo acenos voluntários do capital para com os trabalhadores, mas sim resultado das lutas dos trabalhadores.

O Estado nesse regime de acumulação exerceu função decisiva, uma vez que era necessário o emprego de pesados investimentos em capital fixo, o que exigia condição relativamente estável na produção e na demanda do consumo para serem lucrativas, diante disso

[...] o Estado se esforçava para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimentos públicos – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre aos acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2012, p.129)

A transição para um regime mais flexível da acumulação é efeito do conseqüente enfraquecimento da demanda, resultado da saturação do mercado por causa da recuperação da Europa Ocidental e do Japão do pós-guerra, assim como da profunda recessão de 1973 exacerbada pelo choque do aumento do petróleo e a reciclagem dos petrodólares, dos excessos de fundos, e poucas áreas produtivas para investimentos, o que acentuou a instabilidade dos mercados financeiros mundiais. Diante disso,

[...] as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 2012, p.137-140)

Essa flexibilidade na organização produtiva atingiu sobremaneira a organização do trabalho, com os processos de des/regulamentação e re/regulamentação das relações de trabalho até então considerados mais estáveis e seguros, criando assim a figura do trabalho flexível.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder

sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 2012, p. 141)

Nesse contexto da acumulação flexível, o acesso à informação, o conhecimento científico e técnico se tornaram estratégicos no processo de reprodução de sua lógica de acumulação, uma vez que neste mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, o conhecimento da mais nova técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica significa importante vantagem competitiva, de maneira que refletiu na organização de universidades e centros de pesquisas, ou seja, no processo educacional. De tal modo que TVs, rádios, jornais, internet, livros e revistas constituem armas vitais para a batalha da competitividade no contexto da acumulação flexível.

A outra base de ampliação do regime de acumulação e regulação flexível é o sistema financeiro, o qual fora reorganizado para revigorar o sistema financeiro global o que implicou na emergência de novos poderes de coordenação financeira possibilitada pelo arranjo das telecomunicações instantâneas. Condição essa que propiciou

a formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíprocas de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito. (HARVEY, 2012, p. 152)

As políticas sociais, no caso em relevo, a política curricular do Estado de Mato Grosso voltada a Educação Básica, ocorre nesse bojo da organização produtiva e social da configuração atual do capitalismo que é o regime de acumulação flexível, muito embora sua configuração não tenha se materializado de modo igual em todas as regiões do mundo, por causa da existência dos diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e culturais locais.

Diante essa lógica de produção do capitalismo e suas influências no desenvolvimento de valores especulativos, em instituições culturais, político, legal e ideológico, farei uma discussão parcial da formulação das Orientações Curriculares da Educação Básica de Mato Grosso neste contexto de acumulação.

A Concepção das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso

As políticas sociais representam o Estado em ação por meio de iniciativas governamentais, fato que revela a proeminência das disputas de poder, isto é, da organização

social e política compreendida no contexto das relações sociais e da produção. Condição essa que coloca as Orientações Curriculares da Educação Básica – OCs, – inserida no contexto histórico das relações sociais de produção brasileira e latino americano, as quais por sua vez são o resultado das diferentes interações da formação social local e regional com o capitalismo mundial.

A organização social capitalista contemporânea reforçou a configuração de uma organização de poder segundo Wood (2006), que se caracteriza pela tentativa de desvincular o poder do conjunto das relações sociais de produção, ou seja, das esferas políticas e econômicas. De tal maneira que limita as discussões de poder ao campo político do Estado, com sua democracia formal, em que o poder é confinado puramente a esfera política e jurídica.

Feito essa ponderação, vale ressaltar que as Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso, manifesta em sua estrutura uma intencionalidade de poder político por parte do Estado, de tal modo que assegura que sua concepção é uma “[...] decisão política de fazer chegar ao chão da escola um texto claro e conciso que, a par dessa clareza e concisão, ofereça ao professor uma visão inequívoca do homem e da sociedade que se quer formar (SEDUC/MT, 2012, p. 07)”.

Diante esse contexto de ampliação, dos princípios da regulação e acumulação flexível, a configuração das Orientações Curriculares se propôs ultrapassar os princípios fordista/taylorista justificador do currículo, onde a organização e gestão do trabalho

[...] tinha por finalidade atender a uma divisão social e técnica do trabalho em que a fronteira entre trabalho manual e intelectual é claramente demarcada. Em decorrência, a relação entre o homem e o conhecimento era determinada pelo lugar que cada um ocupava na hierarquia do trabalho coletivo. Os trabalhadores responsáveis pelas ações instrumentais estabeleciam relações com o conhecimento através do fazer, uma vez que as características do processo produtivo, dividido, relativamente estável e de base rígida, atrelavam o trabalhador a uma ocupação determinada, praticamente durante toda a sua vida laboral. (SEDUC/MT, 2012, p. 25)

Daí, com a crise que houve nesse sistema de produção fordista iniciada na década de 1970, devido ao baixo crescimento da produção e consumo, resultado dos excessos de fundos com poucos investimentos na produção, aumento do valor do barril do petróleo, excesso de liquidez, inflação e estagnação, o capital exigiu um novo tipo de trabalhador que se integrasse aos avanços tecnológicos da produção. Carnoy, comentando Gramsci, afirma:

[...] o papel do sistema educacional burguês tradicional é desenvolver intelectuais “orgânicos” da classe burguesa e se infiltrar nas classes

populares para obter um contingente adicional de intelectuais que deem homogeneidade e autoconsciência ao grupo dominante. [...] Gramsci também reconhece que, para a maior parte da classe subordinada, a escolarização que recebe é diferente daquela destinada às crianças da burguesia. O sistema escolar tem por base a divisão por classes social, a despeito da impressão que dá de que produz mobilidade ascendente isto é, de que é democrático. (CARNOY, 1990, p.30-31)

Deste modo não seria diferente no Brasil, onde a configuração organizacional do sistema educacional materializa sua estrutura social e histórica, além de sua interação com o capitalismo de áreas avançadas. Destaca-se a estrutura social brasileira traz resquícios da herança colonial, baseada na concentração de bens, recursos materiais e políticos em segmentos sociais minoritários, geralmente de origem europeia, em detrimento de negros e índios. Ressoou no Brasil segundo Vieira (2009), o que é característico de toda a América Latina, ou seja, “[...] firmou o princípio do privilégio, e não o princípio da igualdade, ou mesmo da liberdade [...] (VIEIRA, 2009, p.77)”.

As políticas educacionais contemporâneas que surgiram no Brasil, com destaque para a lei 9394/96 LDBEN – Lei de diretrizes e Bases do Ensino –, os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais –, e as demais normas e políticas educacionais daí decorrente, caso que se insere as Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso, vincula ao contexto da globalização, fragmentação, efemeridade, e financeirização do processo produtivo.

Em face disso, as políticas educacionais brasileira tiveram impactos de agências multilaterais, com ênfase na reestruturação produtiva e reforma do Estado, sobretudo a partir de 1990. Uma vez que o

[...] Estado brasileiro, a partir da referida década, como agente regulador da economia, atendeu aos rogos do mercado internacional com forte ênfase na introdução e desenvolvimento de novos padrões da força produtiva e da adequação da força de trabalho. A orientação neoliberal de uma reestruturação produtiva, neste sentido, solicitava a reforma do Estado, projetando, conseqüentemente a tipologia necessária de “cidadão globalizado” para a “inclusão social brasileira” das “benfeitorias da relação capital-trabalho enfaticamente valorizada pelos países centrais por meio de suas ideologias em sentido restrito”. (LIMA, 2010, p.04)

Dessa maneira, quando falo sobre a articulação das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso com o processo produtivo, estou integrando-a a esse bojo de desenvolvimento de novos padrões da força produtiva e adequação da força de trabalho.

As Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso traz como sua amálgama o princípio pedagógico da superação da divisão do trabalho manual e intelectual, o qual se afirma na opção epistemológica do trabalho como *práxis* humana e educativa, integrado a esse, o conhecimento e a cultura, os quais são a tríade conforme a Seduc/MT (2012) que sustenta a concepção de Educação Básica no Estado.

As exigências provenientes da organização produtiva flexível, como cidadãos/trabalhadores que tenham mais conhecimentos, saibam comunicar adequadamente, trabalhe em equipe, que avaliem suas funções, seja adaptável a situações novas, seja capaz de educar permanentemente, implicou em mudanças na organização da educação.

Diante desse contexto, as Orientações Curriculares da Educação Básica de Mato Grosso (2012) estabeleceu como princípios para enfrentar os desafios da vida social e produtiva, e para integrar os projetos políticos pedagógicos das escolas:

Os princípios científicos gerais sobre os quais fundamentam os processos sociais, culturais e produtivos; as habilidades tecnológicas básicas; as formas de linguagem próprias das diferentes atividades sociais e produtivas; categorias de análise que propiciem a compreensão histórico-crítica da sociedade e das formas de atuação do homem, como cidadão e trabalhador, sujeito e objeto da história. (SEDUC/MT, 2012, p.28)

A articulação das Orientações Curriculares da Educação Básica de Mato Grosso com o sistema produtivo, manifesta-se na flexibilização da organização do ensino, em contraposição a rigidez do conceito fordista/taylorista, essa situação aparece na organização da etapa do Ensino Fundamental em Ciclos de Formação Humana, ou seja, dos 06 aos 14 anos de idade.

Essa etapa tem como princípio regulador as fases da vida do educando, de tal modo que a progressão ocorre conforme suas idades, embasada em uma avaliação processual, a qual tem como referência as matrizes de capacidades de cada área de conhecimento. As áreas de conhecimento são: Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas, Linguagens, além das Orientações curriculares das Diversidades Educacionais que não fundamenta em matrizes de capacidades, mas sim um conjunto de sugestão de eixos temáticos e conteúdos.

O Ensino Médio, a etapa que se caracteriza por possibilitar a continuidade dos estudos e o acesso ao trabalho que vai dos 15 aos 17 anos, carrega também essa flexibilização na organização do ensino ao adotar exames de avaliação a jovens e adultos para a certificação do Ensino Médio, assim como a integração de cursos de profissionalização ao Ensino Médio Regular, assim como a criação dos CEJAs – Centro de Educação de Jovens e Adultos e etc, de modo a responderem as mudanças do processo produtivo.

Considerações Finais

Considerar essa articulação das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso integrada à lógica da organização produtiva global flexível, como apresentada ao longo do trabalho, com destaque para flexibilização do processo de ensino, fugindo da rigidez da lógica fordista/taylorista, implica a necessidade de ponderar que as políticas educacionais no conjunto dessas relações sociais capitalistas não são capricho da organização dos grupos hegemônicos, mas sim que são produzidas/reproduzidas no contexto das relações sociais de produção e sendo assim se materializam no Estado. Uma vez que a educação é parte e resultado das lutas de classes que acontecem tanto no interior quanto exterior da configuração do Estado, portanto é contraditória, repercutindo as mudanças que ocorreram e ocorrem na produção histórica do ser social.

Esse encadeamento da educação com o processo produtivo, sobretudo no arranjo social Brasileiro, implica advertir que a educação por si só não promoverá mudanças no contexto estrutural das relações sociais, para não cair em conjecturas que imputam à educação a responsabilidade de fazer nascer as mudanças na estrutura social, mas que bem verdade acaba por reforçar a conservação de práticas de dominação adaptada à realidade da sociedade que se complexificou e evoluiu.

Mesmo que tenha essa ponderação relativa à limitação da educação no contexto de alterações estruturais das relações de produção, refutar sua força mediadora de mudanças ou continuidade no contexto das relações sociais de produção, também incorre em falhas, haja vista como colocado anteriormente ela esta inserida na totalidade social, é resultado e parte das lutas de classes que ocorrem nessa totalidade, é uma produção humana social carregada de contradições, as quais são inerentes ao capitalismo.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem História.** In: FERREIRA, NauraSyriaCarapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S (Org.). **Gestão da educação, Impasses, perspectivas e compromisso.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERNARDES, Júlia Adão. **Cadeia Carne/Grãos: Novas Fronteiras do Capital no Cerrado da BR-163 mato-grossense – Brasil.** La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y laparticipación. Actasdel XI Coloquio Internacional de Geocrítica.Universidad de

Buenos Aires, 2-7 de mayo de 2010. Disponível em:

<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/445.htm>>Acesso em Dezembro de 2013.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. 4ª ed. Tradução Dagmar M. Zibas. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1990.

HIGA, Tereza Cristina Souza. **A reordenação do Território**. In: GISLAENE, Moreno; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso: Território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 23. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Loyola, 2012.

LIMA, Paulo Gomes. **Estado, políticas educacionais e escola no Brasil**. Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Políticas e práticas educacionais. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/estado-politicas-educacionais-e-gestao-democratica-da-escola-no-brasil>> Acessado em Maio de 2013.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica**. Cuiabá, Defanti, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista**. São Paulo: Cebrap, 1972. Disponível em:

<http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_economia_brasileira.pdf>. Acessado em Novembro de 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e as política social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **Estado, Democracia e Globalização**. In; BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. **A teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. Bueno Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-CLACSO, 2006.